



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

27ª SELEÇÃO PARA ESTUDANTES DE DIREITO - 2023 - GOIÂNIA/GO

PROGRAMA DE ESTÁGIO

DATA DE REALIZAÇÃO: **24/09/2023 (domingo)**

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno contém 51 (cinquenta e uma) questões, sendo 50 (cinquenta) objetivas e 1 (uma) subjetiva.
2. As questões objetivas estão assim distribuídas:
08 (oito) questões de DIREITO PENAL (01 a 08);
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL CIVIL (09 a 17);
08 (oito) questões de DIREITO CONSTITUCIONAL (18 a 25);
08 (oito) questões de DIREITO ADMINISTRATIVO (26 a 33);
09 (nove) questões de DIREITO PROCESSUAL PENAL (34 a 42);
08 (oito) questões sobre JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (43 a 50).
3. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que o substitua.
4. NÃO É PERMITIDA A CONSULTA A LIVROS, DICIONÁRIOS, APONTAMENTOS, APOSTILAS OU QUALQUER OUTRO MATERIAL DO GÊNERO, BEM COMO A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER OUTRO EQUIPAMENTO TRANSMISSOR OU RECEPTOR INCLUSIVE APARELHOS CELULARES, PAGERS E SIMILARES.
5. Durante a prova, o candidato não deve se levantar e nem se comunicar com outros candidatos.
6. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão de Respostas.
7. O candidato que desejar levar seu caderno de prova deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova.
8. As respostas deverão ser marcadas no cartão de respostas com caneta esferográfica de tinta AZUL ou PRETA, desconsiderando-se aquelas rasuradas ou que contenham mais de uma resposta. O quadrado da resposta marcada deve ser TOTALMENTE preenchido, bem como o nº da inscrição.
9. O Cartão de Respostas não será trocado em hipótese alguma e o nº da inscrição deve ser marcado no campo apropriado alinhado à direita do Cartão.
10. A desobediência a qualquer das recomendações constantes nestas instruções e àquelas efetivadas pelos fiscais de sala implicará na anulação da prova do candidato.
11. O Gabarito será divulgado no mural da Justiça Federal em Goiás e na Internet: <https://portal.trf1.jus.br/sjgo/>, menu "Concursos", "Estágios".

BOA SORTE!

DIREITO PENAL

1. Nos termos do Código Penal, havendo a prescrição da pretensão punitiva, opera-se a:

- a) Absolvição do agente.
- b) Exclusão da ilicitude.
- c) Extinção da punibilidade.
- d) Atipicidade do fato.

2. Considerando a aplicação da lei penal, julgue V ou F as seguintes assertivas:

- I - Não há crime sem lei anterior que o defina.
- II - Ocorre a “abolitio criminis” quando uma lei posterior deixa de considerar crime uma conduta anteriormente prevista como tal.
- III - O ordenamento jurídico brasileiro não reconhece as leis temporárias.
- IV - Não há pena sem prévia cominação legal.

A sequência CORRETA é:

- a) V, V, F, V.
- b) V, F, F, V.
- c) V, V, V, V.
- d) F, V, V, V.

3. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Diz-se o crime doloso quando o agente deu causa ao resultado por negligência.
- b) Todos os crimes previstos no Código Penal admitem a modalidade culposa.
- c) Age com imprudência o agente que se omite quando deveria agir.
- d) Age com dolo o agente que quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

4. No que se refere ao concurso de pessoas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Aos coautores, aplica-se a mesma pena.
- b) No Brasil, admite-se tanto a coautoria, quanto a participação.
- c) Aos partícipes, aplica-se a mesma pena.
- d) A pena aplicada a um autor poderá ser estendida ao coautor quando houver unidade de desígnios.

5. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os crimes de contrabando e descaminho somente poderão ser praticados por servidor público.
- b) A importação de cigarros eletrônicos configura o crime de descaminho.
- c) O contrabando culposos admite redução de pena.
- d) Configura o crime de contrabando importar ou exportar mercadoria proibida.

6. Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O crime de furto é qualificado se cometido mediante o concurso de duas ou mais pessoas.
- b) O crime de furto é qualificado se cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.
- c) O crime de latrocínio está inserido no tipo penal do homicídio.
- d) O crime de furto com o emprego de arma de fogo aumenta de 2/3 a pena.

7. Nos termos da Lei nº 8.137/90, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo mediante omissão de informação às autoridades fazendárias.
- b) Não constitui crime contra a ordem tributária deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente.
- c) Funcionários públicos não podem ser sujeitos ativos dos crimes funcionais contra a ordem tributária.
- d) Os crimes contra a ordem tributária são punidos apenas com pena de multa.

8. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Em regra, a ação penal é privada.
- b) A ação penal pública incondicionada é promovida pelo Ministério Público mediante denúncia.
- c) Na ação penal pública condicionada à representação, não se admite retratação.
- d) A ação penal pública incondicionada é promovida pelo ofendido.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

9. A respeito da jurisdição, considere as seguintes afirmações e assinale a alternativa CORRETA:

- I - Possibilita o exercício do poder do Estado.
 - II - Possibilita a solução de conflitos de forma justa.
 - III - Assegura o cumprimento das decisões tomadas.
-
- a) Todas estão corretas.
 - b) Apenas I e II estão corretas.
 - c) Apenas I e III estão corretas.
 - d) Apenas II e III estão corretas.

10. De acordo com o caput do Art. 62 do Código de Processo Civil, qual das seguintes afirmações é VERDADEIRA?

- a) A competência determinada em razão da matéria, pessoa ou função pode ser alterada por acordo das partes.
- b) A competência determinada em razão da matéria, pessoa ou função é inderrogável por convenção das partes.
- c) A competência determinada em razão da matéria, pessoa ou função pode ser modificada apenas por ordem do juiz.
- d) A competência determinada em razão da matéria, pessoa ou função é facultativa e pode ser ignorada pelas partes.

11. De acordo com os artigos 64 e 65 do Código de Processo Civil, qual das seguintes opções é VERDADEIRA sobre a alegação de incompetência?

- a) A incompetência relativa deve ser alegada em preliminar de contestação.
- b) A incompetência relativa pode ser alegada pelo réu em qualquer fase do processo.
- c) A incompetência absoluta deve ser alegada apenas em primeira instância e nunca pode ser declarada de ofício.
- d) O Ministério Público não pode alegar incompetência relativa nas causas em que atue.

12. Em relação à capacidade para estar em juízo, qual das seguintes afirmativas está CORRETA?

- a) A capacidade para estar em juízo é restrita às pessoas maiores de idade.
- b) O incapaz pode ser representado ou assistido pelos pais, tutor ou curador, de acordo com a lei.
- c) O incapaz será representado por seus pais, não sendo permitida a assistência por tutor ou curador.
- d) O incapaz será assistido pelo tutor ou curador, não sendo permitido que seja representado pelos pais.

13. Qual das situações abaixo indicadas NÃO AUTORIZA que duas ou mais pessoas litiguem como litisconsortes ativos ou passivos?

- a) Quando estiverem representadas pelo mesmo advogado.
- b) Quando entre elas existir uma conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.
- c) Quando entre elas houver afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- d) Quanto entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.

14. De acordo com o Código de Processo Civil, em que horário os atos processuais podem ser realizados nos dias úteis?

- a) Das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- b) Das 9 (nove) às 19 (dezenove) horas.
- c) Das 6 (seis) às 22 (vinte e duas) horas.
- d) Das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

15. A respeito dos prazos processuais, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

- I - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei, e quando a lei for omissa o juiz determinará o prazo levando em consideração a complexidade do ato.
 - II - Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
 - III - Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.
- a) Estão corretos apenas os itens I e II.
 - b) Estão corretos apenas os itens I e III.
 - c) Estão corretos apenas os itens II e III.
 - d) Todos os itens estão corretos.

16. De acordo com o Código de Processo Civil qual das seguintes opções descreve CORRETAMENTE quem tem o direito de consultar os autos do processo que tramita em segredo de justiça?

- a) Qualquer cidadão tem o direito de acessar os autos do processo, independentemente de seu envolvimento no caso.
- b) Apenas o juiz responsável pelo caso e os servidores judiciais têm permissão para consultar os autos do processo em segredo de justiça.
- c) Somente as partes envolvidas no processo e seus representantes legais têm o direito de acessar os autos do processo que tramita em segredo de justiça.
- d) Advogados que não estão diretamente envolvidos no caso podem acessar os autos do processo em segredo de justiça mediante autorização do juiz.

17. De acordo com o Código de Processo Civil, qual das seguintes afirmações é VERDADEIRA em relação à solução consensual de conflitos?

- a) A solução consensual de conflitos é obrigatória em todos os casos e não pode ser recusada por nenhuma das partes.
- b) A solução consensual de conflitos é restrita apenas a litígios penais e não se aplica a questões civis.
- c) O Estado não tem nenhum papel em promover a solução consensual de conflitos, deixando essa responsabilidade inteiramente para as partes envolvidas.
- d) O Estado deve promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos, e diversos profissionais do sistema de justiça são encorajados a estimular métodos como conciliação e mediação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

18. A respeito dos remédios constitucionais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva CORRETA:

- a) Habeas data será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado pelo habeas corpus, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for a autoridade pública.
- b) Mandado de segurança é concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- c) Habeas corpus é concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
- d) Mandado de injunção será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou até mesmo, para a retificação de dados, em alguns casos.

19. Considere as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I - Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público.
 - II - O Estado prestará assistência judiciária gratuita aos que comprovarem insuficiência de recurso.
 - III - São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data.
- a) Todas alternativas são falsas.
 - b) Nenhuma alternativa é falsa.
 - c) As alternativas II e III são falsas.
 - d) As alternativas I e III são falsas.

20. Nos termos da Constituição Federal de 1988, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa SENÃO:

- a) Por imposição da autoridade policial.
- b) Por coação moral irresistível.
- c) Por sanção da Justiça.
- d) Em virtude de lei.

21. De acordo com a Constituição Federal de 1988, sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I - Utilizar o tributo com efeito de confisco.
- II - Exigir tributo sem lei que o estabeleça.
- III - Cobrar tributo em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

Considere as assertivas acima e escolha a alternativa CORRETA:

- a) Apenas II e III estão corretas.
- b) Apenas I está correta.
- c) Todas estão corretas.
- d) Somente I e II estão corretas.

22. Nos termos previstos no art. 59 da Constituição Federal de 1988, o processo legislativo compreende a elaboração de:

- I - Medidas provisórias, leis ordinárias, emendas à Constituição.
- II - Leis complementares e leis delegadas.
- III - Resoluções e portarias.
- IV - Leis delegadas.

Considere as assertivas acima e escolha a alternativa CORRETA:

- a) Apenas I, II e IV estão corretas.
- b) Todas estão corretas.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas III e IV estão corretas.

23. É legitimado a propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, EXCETO.

- a) O presidente da República.
- b) A Mesa do Senado Federal.
- c) O presidente da Câmara dos Deputados.
- d) O Procurador-Geral da República.

24. Nos termos da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios, EXCETO:

- a) Moralidade.
- b) Pessoalidade.
- c) Publicidade.
- d) Legalidade.

25. Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público é instituição permanente essencial à função jurisdicional do Estado. A respeito do Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b) Aos membros do Ministério Público é vedado exercer a advocacia.
- c) As funções do Ministério Público somente podem ser exercidas por integrantes de carreira.
- d) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a subordinação funcional e a indivisibilidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, consoante previsto no § 1º do art. 231 da Constituição Federal, são aquelas por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Pode-se AFIRMAR, portanto, que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são:

- a) Bens dominicais de titularidade dos municípios onde se localizam.
- b) Bens dominicais de titularidade dos estados em que se localizam.
- c) Classificadas como bens de uso comum do povo.
- d) Bens de uso especial de titularidade da União, dada a destinação específica de proteção e reconhecimento dos direitos originários dos índios.

27. O poder regulamentar confere à Administração Pública a prerrogativa de editar:

- a) Leis complementares.
- b) Decretos e regulamentos para alterar as leis.
- c) Atos gerais para complementar as leis e permitir sua efetiva aplicação.
- d) Normas específicas para casos individuais.

28. Quando um Poder exerce a revisão dos atos administrativos de outro Poder, estamos diante de qual tipo de controle?

- a) Controle interno.
- b) Controle externo.
- c) Controle popular.
- d) Controle finalístico.

29. Qual dos elementos do ato administrativo é vinculado e consiste na situação de fato e de direito que gera a necessidade da Administração praticar o ato administrativo?

- a) Competência.
- b) Finalidade.
- c) Forma.
- d) Motivo.

30. Qual dos princípios abaixo refere-se ao tratamento isonômico a todos os participantes da licitação, sem privilégios ou favorecimentos?

- a) Princípio da Legalidade.
- b) Princípio da Impessoalidade.
- c) Princípio da Igualdade.
- d) Princípio da Moralidade.

31. Analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

- I - A moralidade, a presunção de legitimidade, assim como a autoexecutoriedade, são atributos dos atos administrativos.
 - II - Um ato administrativo praticado pelo Poder Executivo pode ter sua revogação determinada pelo Poder Judiciário.
 - III - O ato administrativo discricionário não pode ser objeto de controle judicial.
- a) Todas as afirmações estão incorretas.
 - b) Estão incorretas somente as afirmações I e II.
 - c) Estão incorretas somente as afirmações I e III.
 - d) Estão incorretas somente as afirmações II e III.

32. A respeito dos atos administrativos discricionários é CORRETO afirmar:

- a) São atos praticados sem critérios, com total liberdade de avaliação ou decisão.
- b) São atos praticados sem qualquer grau de liberdade de avaliação ou decisão.
- c) São atos praticados segundo critérios de oportunidade e conveniência formuladas pela própria Administração.
- d) São atos que não podem ser revistos ou alterados pela Administração.

33. Quais das seguintes afirmações são VERDADEIRAS sobre as restrições e prerrogativas da Administração Pública?

- I - Pode-se dizer que as prerrogativas da Administração Pública são instrumentos jurídicos estabelecidos para assegurar-lhe autoridade com vistas a consecução do interesse público.
 - II - A possibilidade de impor restrições à propriedade privada é exemplo de prerrogativa da Administração Pública.
 - III - Com vistas a tutelar as finalidades públicas e salvaguardar as liberdades a lei impõe restrições à Administração Pública. Exemplo disso é a sujeição ao processo de licitatório para contratar.
- a) Todas as afirmações (I, II e III) são verdadeiras.
 - b) Apenas a afirmação I é verdadeira.
 - c) Apenas as afirmações I e II são verdadeiras.
 - d) Apenas as afirmações I e III são verdadeiras.

DIREITO PROCESSO PENAL

34. Sobre a lei processual penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- b) A lei processual penal aplicar-se-á desde que passado o prazo de seis meses de sua edição.
- c) Assim como a lei penal, a lei processual penal respeita a regra da retroatividade benéfica.
- d) A lei processual penal não admite o suplemento dos princípios gerais de direito.

35. Em relação à ação penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não se admite a ação penal privada no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) No âmbito da competência da Justiça Federal, todos os crimes são processados mediante ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.
- c) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- d) O CPP impede que, nos casos de ação penal pública, qualquer do povo possa provocar a iniciativa do Ministério Público,

36. Sobre as regras de competência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se praticar a infração, independentemente de onde tenha se consumado.
- b) Não se admite a definição da competência pelo critério da prevenção.
- c) Em regra, a competência regular-se-á pelo domicílio do réu.
- d) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.

37. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) No interrogatório do acusado, o silêncio importa em confissão.
- b) Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado.
- c) É dispensável a qualificação do investigado quando de seu interrogatório.
- d) Havendo mais de um acusado, preferencialmente serão interrogados juntos.

38. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A audiência de custódia deverá ocorrer no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão.
- b) O agente que está cometendo uma infração penal, deverá ter a sua prisão preventiva decretada.
- c) A prisão preventiva, também chamada de prisão para averiguação, é admitida em todas as fases da persecução penal.
- d) A liberdade provisória não admite o arbitramento de fiança.

39. Sobre o tema citações e intimações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A carta precatória é o meio adequado para citar o réu que se encontrar no estrangeiro.
- b) Se o réu estiver preso, deverá ser citado por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.
- c) A intimação do Ministério Público e do defensor nomeado será pessoal.
- d) É vedado constar no edital de citação o nome do réu.

40. Sobre as nulidades dos atos processuais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não se admite a nulidade por incompetência do juiz.
- b) A falta de denúncia ou queixa é mera irregularidade, não tendo o condão de causar a nulidade.
- c) A nulidade de um ato processual não contamina os atos que dele diretamente dependam.
- d) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.

41. Sobre o recurso de apelação criminal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Caberá apelação no prazo de cinco dias das sentenças definitivas de condenação, mas não de absolvição.
- b) Não se admite apelação apenas sobre parte de um julgado.
- c) O prazo para a interposição do recurso de apelação é de 30 (trinta) dias.
- d) Em regra, o Ministério Público possui legitimidade para interpor recurso de apelação.

42. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Aos juízes federais compete processar e julgar as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- b) A competência dos juízes federais está disposta em regulamentos, não havendo previsão na Constituição Federal sobre o tema.
- c) Não se admite no ordenamento jurídico brasileiro súmulas que tratem sobre a competência dos juízes federais.
- d) Compete aos juízes federais, principalmente, julgar as contravenções penais.

JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

43. Nos termos do art. 3º da Lei n. 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível, respeitadas as exceções previstas em lei, processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de:

- a) Quarenta salários mínimos.
- b) Sessenta salários mínimos.
- c) Setenta salários mínimos.
- d) Trinta salários mínimos.

44. Considerando as normas que regem os Juizados Especiais Federais, atribua V (verdadeiro) e F (falso) para as assertivas abaixo e escolha a opção CORRETA:

- I - Aplicam-se, subsidiariamente, as disposições da Lei n. 9.099/95.
 - II - As entidades públicas réis dispõem de prazo em dobro para recorrer.
 - III - Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais não estão autorizadas a conciliar, transigir ou desistir nos processos de competência dos JEFs
 - IV - No foro onde estiver instalada a Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.
- a) F, V, F, F.
 - b) V, V, F, F.
 - c) V, F, F, V.
 - d) V, F, V, F.

45. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível, como autores, as pessoas físicas, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei.
- b) O valor de alçada dos Juizados Especiais Cíveis é estipulado com base em quantidade de salários mínimos.
- c) Havendo obrigações vincendas, a soma de 12 (doze) parcelas, não poderá exceder o limite de alçada previsto no art. 3º da Lei n. 10.259/2001.
- d) As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, que necessariamente deverão ser advogados.

46. Nos termos previstos na Lei n. 10.259/2001, podem ser partes no Juizado Federal Cível, como réis, EXCETO:

- a) Sociedades de Economia Mista.
- b) Empresas Públicas.
- c) União.
- d) Autarquias.

47. Considere as assertivas sobre os Juizados Especiais Federais e assinale a alternativa CORRETA:

- a) São da competência dos Juizados Especiais Federais as causas que tenham por objeto impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.
- b) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.
- c) Inclui-se na competência dos Juizados Especiais Federais ação sobre bens imóveis das autarquias e fundações públicas federais.
- d) Nas causas de sua competência haverá reexame necessário quando a União for vencida.

48. Acerca dos Juizados Especiais Federais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando as circunstâncias exigirem, o Juiz Federal poderá determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante, mediante autorização prévia do Tribunal Regional Federal respectivo.
- b) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.
- c) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar mandados de segurança e demandas sobre direitos ou interesses difusos coletivos ou individuais homogêneos, se os valores das causas forem inferiores a sessenta salários mínimos.
- d) Em regra somente se admite recurso da sentença definitiva. Entretanto, as medidas cautelares deferidas no curso do processo também podem ser objeto de recurso.

49. Um dos objetivos dos Juizados Especiais Federais é propiciar a fluência do processo, com rapidez e presteza. Tal objetivo diz respeito ao princípio:

- a) Da celeridade.
- b) Do contraditório.
- c) Da oralidade.
- d) Da legalidade.

50. Analise as afirmativas abaixo sobre os Juizados Especiais Federais e marque a opção INCORRETA:

- a) Pode ser designado exame técnico, caso seja necessário à conciliação ou ao julgamento da causa.
- b) A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.
- c) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.
- d) É prevista a atuação de conciliadores, que serão remunerados pelo Tribunal Regional Federal respectivo.

FIM DAS QUESTÕES OBJETIVAS

PÁGINA EM BRANCO (RASCUNHO)

